

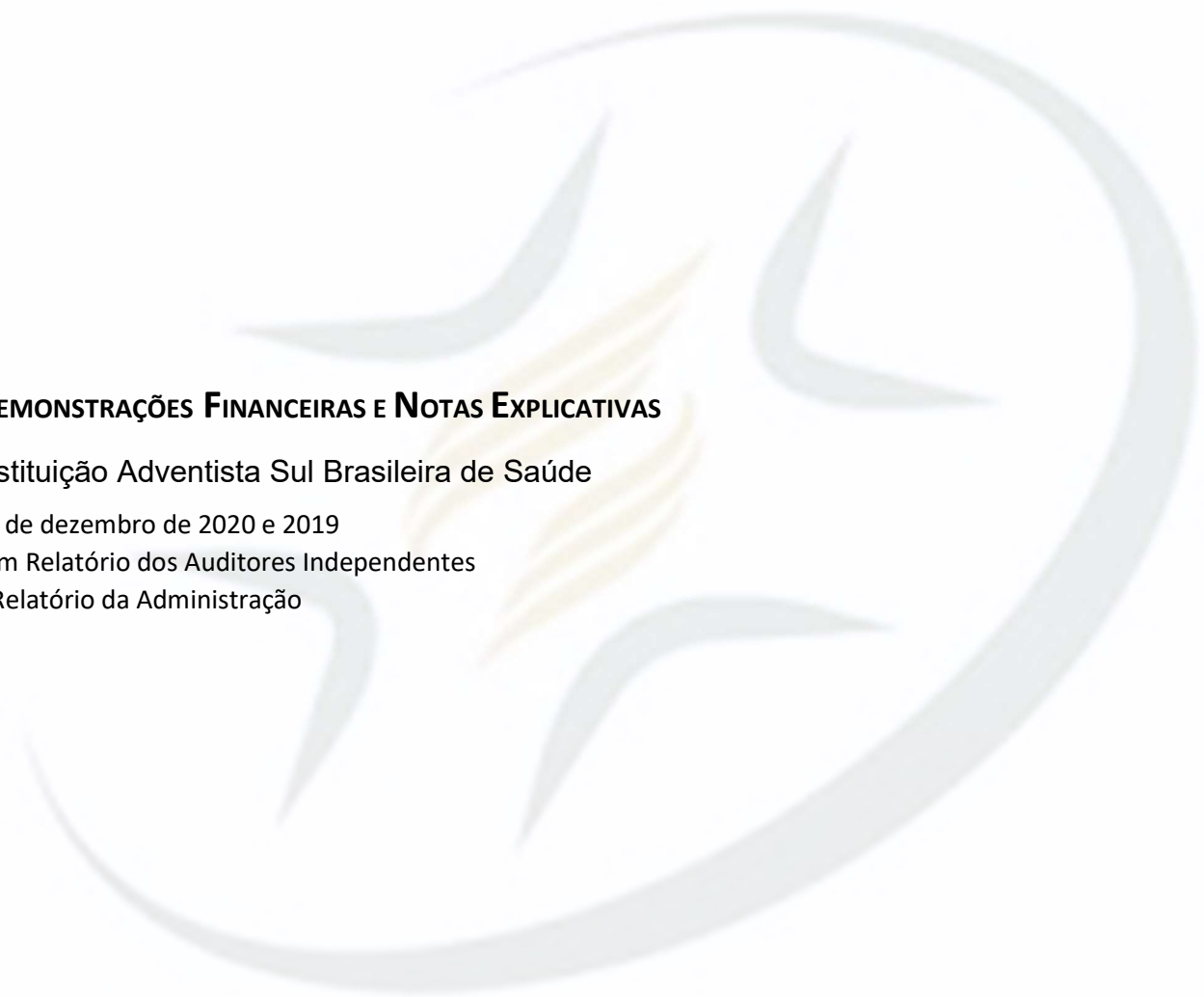


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

31 de dezembro de 2020 e 2019

com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração





Índice

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL	8
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	8
NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
NOTA 05 - CONTAS A RECEBER	11
NOTA 06 – ESTOQUE	12
NOTA 07 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	12
NOTA 08 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	13
NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	13
NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	13
NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS	14
NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	14
NOTA 14 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	14
NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS	14
NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	15
NOTA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	15
NOTA 18 – ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	19



Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2020 e 2019

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

CNPJ 15.116.763/0001-70

Rua João Carlos de Souza Castro, 562 – Guabirota – Curitiba / PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.




Marlinton Souza Lopes
Presidente



Charles Edson Rampanelli
Diretor



Volnei Porto
Administrador



Pablo Leonardo de Lima Ramos
Contador
CRC/PR nº 063935/O-1



BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL	NE	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		26.017.444	24.563.898
ATIVO CIRCULANTE	03.1	7.262.770	5.939.754
Caixa e Equivalentes de Caixa	03.3 e 04	5.559.048	3.888.782
Contas a Receber	03.4 e 05	1.605.920	1.722.481
Estoques	03.6 e 06	81.362	52.334
Despesas Antecipadas	03.7	16.440	276.156
ATIVO NÃO CIRCULANTE	03.1	18.754.674	18.624.144
Imobilizado	03.8 e 07	18.754.674	18.624.144
Intangível	07	0	0
PASSIVO		26.017.444	24.563.898
PASSIVO CIRCULANTE	03.1 e 08	1.231.282	1.116.679
Contas a Pagar	03.9 e 08	464.240	922.131
Provisões	03.10 e 12	767.042	194.548
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09	24.786.162	23.447.219
Patrimônio Social		20.990.995	20.390.549
Superávit / Déficit do Exercício		1.338.942	600.446
Cisão Patrimonial		2.456.224	2.456.224

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NE	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS OPERACIONAIS	03.12	10.745.744	11.855.627
RECEITA DE SERVIÇOS, VENDAS E CONTRIBUIÇÕES		10.203.947	11.586.666
Serviços de Saúde		10.325.720	11.672.857
(-) Descontos, Abatimentos e Deduções		-121.772	-86.191
RECEITA DE DOAÇÕES, SUBVENÇÕES E OUTRAS		541.797	268.961
Doações Diversas		7.330	1.458
Subvenções Não Governamentais		486.317	186.000
Outras Receitas Operacionais		48.149	81.502
Resultado Operacional Bruto		10.745.744	11.855.627
DESPESAS OPERACIONAIS		-10.211.359	-11.560.303
Despesas com Pessoal		-2.613.513	-2.973.597
Encargos Sociais e Previdenciários		-581.639	-561.747
Administrativas e Gerais		-6.512.022	-7.554.416
Depreciações e Amortizações		-360.262	-338.777
Encargos Tributários		-54.054	-17.268
Assistência e Orientação Social		-48.605	-106.326
Convênios Instituições Congêneres		-41.262	-8.171
Resultado Operacional Líquido		534.386	295.324
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		82.643	203.819
Receitas Financeiras		84.348	205.256
Despesas Financeiras		-1.705	-1.437
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	13	721.914	101.303
Outras Receitas		732.137	138.113
Outras Despesas		-10.223	-36.809
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	14	1.338.942	600.446

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	31/12/2020	31/12/2019
Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.160.653	894.939
Resultado do Exercício Ajustado	1.722.549	897.020
Superávit do Exercício	1.338.942	600.446
Depreciação do Imobilizado	359.858	244.548
Amortização do Intangível		-11.295
Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	23.748	63.321
(Aumento) Redução Ativos Circulantes e Realizável LP	323.501	-58.886
Contas a Receber	92.812	-71.233
Estoques	-29.028	-17.998
Despesas Antecipadas	259.716	30.346
Aumento (Redução) Passivos Circulantes e Exigível LP	114.603	56.804
Contas a Pagar	-457.891	55.058
Provisões	572.494	1.747
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-490.387	-361.376
(Acréscimo) Redução nos Investimentos	-490.387	-361.376
Imobilizado	-490.387	-372.785
Intangível		11.409
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	1.670.266	533.563
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.888.782	3.355.219
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.559.048	3.888.782

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Outras Reservas	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 dezembro de 2018	21.188.789	1.657.985		22.846.774
Superávit/Déficit do Período			600.446	600.446
Recursos de Outras Reservas	-276.723	276.723		0
Recursos de Superávit	600.446		-600.446	0
Saldo em 31 dezembro de 2019	21.512.511	1.934.708		23.447.219
Superávit/Déficit do Período			1.338.942	1.338.942
Recursos de Outras Reservas	-1.065.292	1.065.292		0
Recursos de Superávit	1.338.942		-1.338.942	0
Saldo Final em 31 dezembro de 2020	21.786.162	3.000.000		24.786.162

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativos, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia, e tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da saúde, com atuação nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, nas cidades dos estabelecimentos relacionados. Atualmente está se organizando para buscar a certificação da filantropia, seguindo os ditames do artigo 4º da lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013. E ainda possui inscrição no CNES de nº 7266170. A Entidade de saúde realiza de forma adequada o recolhimento da cota patronal previdenciária para o INSS bem como a contribuição para o Programa de Integração Social - PIS.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determinam a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.



A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de saúde no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços. O saldo corresponde a recursos investidos na reestruturação da unidade de check-up que iniciará as suas atividades no próximo exercício.

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é



reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.11 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.12 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de saúde no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.13 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações,



quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.14 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores reconhecidos como Caixa e Equivalentes de Caixa são representados por disponibilidades em moeda corrente, aplicações financeiras de alta liquidez e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	7.176	3.715
Banco Conta Movimento	495.227	649.478
Banco Conta Aplicações	5.056.645	3.235.590
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.559.048	3.888.782

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	18.924	24.345
Serviços de Saúde a Receber	1.428.787	1.773.235
Adiantamentos a Pessoal	12.047	15.015
Entidades Congêneres a Receber	112.498	2.107
Impostos a Recuperar	205.780	35.370
Outros Créditos	34.846	55.623
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-206.963	-183.214
Total a Receber Líquido	1.605.920	1.722.481



NOTA 06 – ESTOQUE

O Estoque é utilizado para o consumo das atividades da entidade.

Estoques	31/12/2020	31/12/2019
Materiais de Consumo	81.362	52.334
Total de Estoques	81.362	52.334

NOTA 07 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Descrição	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Outros	Total
Saldos 1º de Janeiro 2019	15.884.996	1.090.607	237.251	882.387	153.294	247.372	18.495.907
Aquisições e Baixas			6.364	280.092	74.301	12.028	372.785
Depreciações		-48.566	-6.082	-113.913	-75.987		-244.548
Saldos 31 de dezembro 2019	15.884.996	1.042.041	237.533	1.048.566	151.608	259.400	18.624.144
Custo do Imobilizado	15.884.996	1.662.414	487.603	1.870.352	782.704	259.400	20.947.469
Depreciação Acumulada		-620.373	-250.070	-821.785	-631.096		-2.323.324
Valor Residual	15.884.996	1.042.041	237.533	1.048.566	151.608	259.400	18.624.144

Descrição	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Outros	Total
Saldos 1º de Janeiro 2020	15.884.996	1.042.041	237.533	1.048.566	151.608	259.400	18.624.144
Aquisições e Baixas	254.619		34.454	53.209	86.432	61.675	490.387
Depreciações		-48.566	-42.127	-175.367	-93.798		-359.858
Saldos 31 de dezembro 2020	15.470.676	993.475	229.860	926.408	144.241	321.075	18.754.674
Custo do Imobilizado	16.139.615	1.662.414	522.057	1.923.561	869.135	321.075	21.437.856
Depreciação Acumulada		-668.939	-292.197	-997.152	-724.894		-2.683.182
Valor Residual	16.139.615	993.475	229.860	926.408	144.241	321.075	18.754.674

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.

Descrição	Softwares	Total
Saldos 1º de Janeiro 2019	114	114
Aquisições	-11.409	-11.409
Amortizações	11.295	11.295
Saldos 31 de dezembro 2019	0	0
Custo do Intangível	38.029	38.029
Amortização Acumulada	-38.029	-38.029
Valor Residual	0	0



Descrição	Softwares	Total
Saldos 1º de Janeiro 2020	0	0
Saldos 31 de dezembro 2020	0	0
Custo do Intangível	38.029	38.029
Amortização Acumulada	-38.029	-38.029
Valor Residual	0	0

NOTA 08 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de Materiais e Serviços	188.957	709.925
Obrigações Tributárias	20.940	24.927
Obrigações Trabalhistas	78.370	76.545
Obrigações com Empregados	94.461	85.319
Entidades Congêneras a Pagar	51.171	22.677
Outras Contas a Pagar	30.341	2.737
Total a Pagar Líquido	464.240	922.131

NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2020, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos se encontram registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2020. Para o exercício de 2020 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.



NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2020:

Provisões	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Trabalhistas	38.082	44.548
Provisões Judiciais e Cíveis	150.000	150.000
Provisões para Contingências	578.960	
Total de Provisões	767.042	194.548

NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Patrimoniais	525.167	8.012
Depósitos Bancários Não Identificados	128	
Reversões de Provisões	206.841	119.893
Outras Receitas Não Recorrentes	0	10.208
Total de Outras Receitas	732.137	138.113

Outras Despesas	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Patrimoniais	0	1.494
Despesas de Exercícios Anteriores	7.925	34.148
Outras Despesas Não Recorrentes	2.298	1.167
Total de Outras Despesas	10.223	36.809

NOTA 14 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2019 foi incorporado ao Patrimônio Social e o Superávit de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.



NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não receberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2020 e 2019.

NOTA 18 – ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício de 2020 tiveram alguns ajustes no formato de sua apresentação visando adequação com o plano de contas referencial da Receita Federal e com a ECD-Escrituração Contábil Digital.

Curitiba, 31 de dezembro de 2020.

Pablo Leonardo de Lima Ramos

Contador

CRC/PR nº 063935/O-1



AUDITORIA & CONSULTORIA

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À

Diretoria da

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE

Curitiba – PR

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 23 de abril de 2020, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 27 de maio de 2021


Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-PR - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-PR
CNPJ 05.750.330/0001-18



Declaração da Administração

31 de dezembro de 2020 e 2019

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como das Notas Explicativas, a diretoria declara que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as descrições expressas nas Notas Explicativas.

Curitiba, 27 de maio de 2021.


Marlinton Souza Lopes
Presidente


Charles Edson Rampanelli
Diretor


Volnei Porto
Administrador